

A participação social das mulheres no território de identidade sudoeste baiano

The social participation of women in the territory of southwest bahia identity

La participación social de las mujeres en el territorio de identidad del suroeste baiano

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira – lucasaguiaro4@hotmail.com
Mestrando em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0302-7079>

Fernanda Viana de Alcantara – fernanda.alcantara@uesb.edu.br
Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9296-8558>

Resumo

A escolha da temática considera a necessidade de investigar a participação social da mulher dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial no Território de Identidade Sudoeste Baiano – TSB. O trabalho tem como propósito contribuir nas discussões a respeito da equidade de gênero e das novas formas de convívio e superação de situações historicamente construídas no espaço social da mulher. O artigo teve como aspectos metodológicos o acompanhamento das reuniões do colegiado territorial, das reuniões da câmara de mulheres, levantamento documental, entrevista semi-estruturada com a coordenadora da câmara de mulheres e registro fotográfico. A participação social de forma direta sobressai na construção de novos espaços que se dá a participação social e assim faz contribuições para esta promoção atividades significativas e tem contribuído na autonomia dos sujeitos sociais sobre a valorização do papel social das mulheres e participação social no território. Como resultados verificam que o TSB vivencia um processo de fortalecimento das mulheres na organização de empreendimentos, do envolvimento na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

Palavras-chave: Território, Desenvolvimento Territorial, Território de Identidade, Mulheres, Participação Social

Abstract

The choice of theme considers the need to investigate the social participation of women within the perspective of territorial development in the Southwest Bahia Identity Territory - SBIT. The purpose of this work is to contribute to discussions about gender equity and new ways of living together and overcoming situations historically constructed in the social space of women. The article had as methodological aspects the follow-up of the meetings of the territorial collegiate, the meetings of the women's chamber, documental survey, semi-structured interview with the coordinator of the women's chamber and photographic record. Direct social participation stands out in the construction of new spaces that social participation takes place and thus makes contributions to this promotion of significant activities and has contributed to the autonomy of social subjects on the appreciation of the social role of women and social participation in the territory. As a result, they verify that the TSB is experiencing a process of strengthening women in the organization of enterprises, involving them in the formulation and monitoring of public policies.

Key words: Territory, Territorial Development, Territory of Identity, Women, Social Participation

Resumen

La elección del tema considera la necesidad de investigar la participación social de las mujeres en la perspectiva del desarrollo territorial en el Territorio de Identidad del Suroeste de Bahía - TSB. El propósito de este trabajo es contribuir a las discusiones sobre la equidad de género y las nuevas formas de convivencia y superación de situaciones construidas históricamente en el espacio social de las mujeres. El artículo tuvo como aspectos metodológicos el seguimiento de las reuniones del colegiado territorial, las reuniones de la cámara de mujeres, levantamiento documental, entrevista semiestructurada con la coordinadora de la cámara de mujeres y registro fotográfico. La participación social directa se destaca en la construcción de nuevos espacios en los que la participación social se lleva a cabo y por ende hace aportes a esta promoción de actividades significativas y ha contribuido a la autonomía de los sujetos sociales sobre la valoración del rol social de la mujer y la participación social en el territorio. Como resultado, verifican que la TSB vive un proceso de fortalecimiento de las mujeres en la organización de las empresas, involucrándolas en la formulación y seguimiento de las políticas públicas.

Palavras-chave: Território, Desenvolvimento Territorial, Território de Identidade, Mulheres, Participação Social

Recebido em: 20/07/2022
Aceito: 01/09/2022
Publicado: 03/10/2022

Introdução

Ao observar o contexto histórico da sociedade brasileira, verifica-se que a mulher por longos anos não deteve papéis importantes, no entanto sua inserção no espaço social veio a acontecer por meio de movimentos sociais e diversas políticas públicas que se pode destacar, por exemplo, o direito ao voto assegurado em 24 de fevereiro de 1932 pelo decreto nº 21.076 instituído no código Eleitoral Brasileiro, consolidou-se na constituição de 1934 (voltadas exclusivamente para mulheres casadas, viúvas e solteiras) posteriormente estendido a todas pela Constituição Federal de 1946. Em 1983 nos estados de Minas Gerais e São Paulo surgiram os primeiros conselhos estaduais da condição feminina, no intuito projetar políticas públicas para as mulheres, sucessivamente em 1985 surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM.

Devido a esses e outros diversos avanços é importante destacar também as grandes conquistas adquiridas, mais recentemente, nos anos 2000, pode-se salientar a eleição da Senadora Marina Silva do Partido dos Trabalhadores - PT do Acre como um marco, onde a mulher ganha um papel destaque no âmbito político. Vale ressaltar também a criação da Lei nº 11.340 conhecida popularmente por Maria da Penha, promulgada em 7 de agosto de 2006, que tem por objetivo criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2010 tem-se outro grande marco nesse leque de progressos, trata-se do momento em que a primeira mulher ocupa a cadeira da Presidência do Brasil, Dilma Vana Rousseff.

Assim fica perceptível a necessidade de se discutir sobre o papel social da mulher, em especial no contexto do desenvolvimento territorial, e conseqüentemente nas discussões da ciência geográfica. Uma vez que compreender a inserção e a participação da mulher torna-se tema de interesse da geografia, visto que este debate pode ser compreendido como um fenômeno social, logo a geografia tem contribuições a trazer para a referida discussão. Desta forma, Santos expressa sobre o processo de (re)qualificação da ciência geográfica.

A ciência geográfica está em constante processo de (re) construção, uma vez que, essa ciência não se preocupa apenas com a descrição de fatos ou fenômenos, mas com os processos que interferiu e ainda podem interferir na estrutura do espaço e da sociedade. Sendo assim, o seu conhecimento é fundamental, no que se refere à necessidade de conhecer o espaço geográfico, sua organização econômica, política, ideológica e social. Contribui de forma decisiva para a observação e

entendimento dos acontecimentos que se sucedem na sociedade. (V. SANTOS, 2015. p. 18/17)

A respeito das preocupações da ciência geográfica com as questões sociais, torna-se possível refletir também a incontestável e notável função da mulher no território, desta maneira Horta et al julga que: “Adota-se a noção de território como uma construção social e, portanto, também política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento.” (HORTA et al, 2014. p. 20).

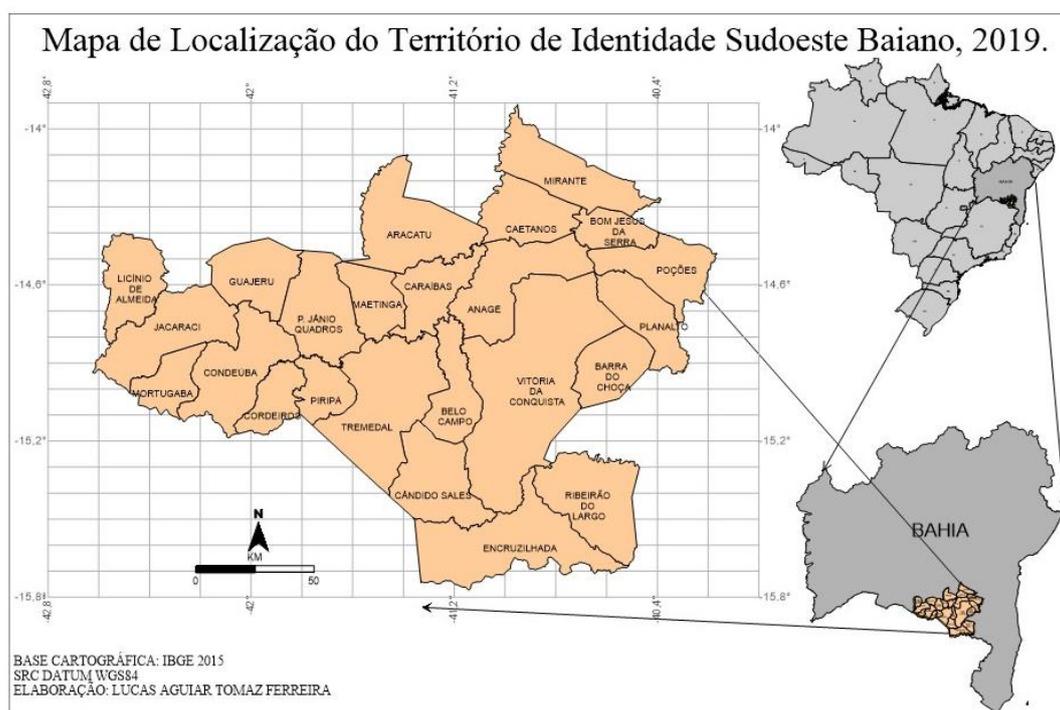
Acerca da discussão do papel da mulher e o território, vale ressaltar que nos últimos anos, foi adotada no Brasil a política de desenvolvimento territorial, neste cerne a Bahia é um dos pioneiros neste processo, pois dividiu o estado, em 27 territórios, Tendo como critério para constituição as suas especificidades ou traços comuns, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI, 2019.

Nesta direção, por meio das políticas públicas a mulher ganha maior autonomia, e passa a constituir uma nova territorialidade, além de fazer um resgate histórico no que diz respeito a desigualdades de gênero. Desta maneira, a mulher traz consigo uma dimensão simbólica de pertencimento com o lugar, diante disso são construídas as relações sociais por meio do espaço vivido onde são estruturadas as relações de poder, trabalho e outras.

Todavia presente artigo é resultante de um processo de acompanhamento e observação do colegiado territorial do Território de Identidade do Sudoeste Baiano – TBS e da constituição de suas Câmaras Temática. Assim com exposto o recorte espacial para esta pesquisa é o TSB e como se dá o processo de participação das mulheres.

O TSB é composto por 24 municípios e tem município de Vitória da Conquista como sede, para melhor articulação do Colegiado do Território Sudoeste Baiano, o referido território foi dividido em três polos, Condeúba, Poções e Vitória da Conquista, o que facilitou as atividades dentro do mesmo. Para uma melhor compreensão da localização do território, segue o mapa da figura 1.

Figura 1 - Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2019.



Elaboração: Ferreira, 2019.

O TSB conforme se observa na figura 1 apresenta 24 municípios e apresenta a área de 26.809,99 km² com a população de 698.719 habitantes sendo 345.444 a população masculina e 353.275 a população feminina. A demografia do território é aproximadamente de 25,9 hab/km², segundo a SEI, 2019.

Assim como exposto anteriormente este texto foi fruto do processo de acompanhamento e observações das plenárias do colegiado territorial do TSB, bem como, a constituição e articulação de suas Câmaras Temática e com as colocações, intervenções e leituras da disciplina Território Cultura e Ruralidades, Ministrada pelo Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL que possibilitou fazer um o resgate da do debate questão de gênero dentro da articulação do espaço de participação TSB.

No desenvolvimento metodológico do presente artigo realizou-se levantamento bibliográfico a respeito da temática. Participou-se dos eventos direcionados ao fortalecimento da participação social da mulher no território, tais como: das reuniões da Câmara Temática de Mulheres do Território, do I Seminário de Mulheres em 2017 e acompanhamento das plenárias do Colegiado Territorial, entrevista com a coordenadora da Câmara de Mulheres do TSB.

Desenvolveu-se levantamento documental, onde foram analisadas as listas de frequências das reuniões do colegiado e demais espaços de participação e ainda tabulados os dados ao observar o número de representantes mulheres em diferentes momentos e reuniões com registros fotográficos.

O espaço, território e a discussão de gênero

O espaço geográfico está em constante transformação tanto em seus aspectos físicos quanto sociais. É dever da Ciência Geográfica analisar e compreender a dinâmica dos processos que envolvem a produção e a (re)produção do espaço geográfico. Neste sentido, não se tem um espaço congelado, e sim dialético e produzido e (re)produzido por meio das relações da sociedade e natureza com expressa Moreira (1994). E por meio deste processo dialético entre o espaço e tempo se obtém transformações socioespaciais em diferentes estágios e em várias formas sobre a relação intrínseca da sociedade e natureza essas várias relações que produz e (re)produz o espaço geográfico se perpetuam como afirma SANTOS (2006).

Dentre as categorias de análise da geografia, o território oferece a capaz de sustentar as discussões teóricas para arrazoar a participação social das mulheres no TSB. Nesta direção, Raffestin (1980 p.143) propõe a dissociação do espaço e território, “Espaço e território não são termos equivalentes” e define “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível.” (RAFFESTIN 1980 p.143).

O autor contribui ao afirmar que o espaço tem relação com tudo que é produzido e o território está ligado com a relação de poder. Como se pode observar na citação de Raffestin:

[...] O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa das relações que envolvem que se inscreve num campo de poder. Produzir uma relação do espaço já uma apropriação [...], portanto, mesmo se permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto de no espaço é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1980, p.144)

Também neste cerne de definir o território por meio das relações sociais, principalmente a importância dele para essas atividades. “[...] o território é fonte

de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, [...], ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza” (SPOSITO, 2004, p. 112-113).

Para o geógrafo Corrêa (1996, p. 62) aborda o caráter político da categoria desta categoria de análise: “O território é a ação social (expressão política) implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns.” É notório que o território não está desvinculado do espaço e sim é uma parte dele, onde se pode observar de melhor maneira a interação da sociedade com a natureza, transformando, ou melhor, (re)configurando esses territórios para sua existência e por virtude disso gera os conflitos.

Haesbaert (2004) considera que o território apresenta três vertentes basilares, a primeira de cunho político, quando está diretamente ligada à relação de poder, neste sentido seria uma concepção mais delimitada do conceito território na qual a categoria é vista como um espaço controlado e delimitado, no que emana é o poder, que na maioria das vezes é relacionado ao poder político estatal.

Na segunda, o autor aborda uma vertente culturalista ou simblóico-cultural, em que o espaço é visto através da priorização da dimensão simbólica tornando em algo subjetivo. É conceituado como um fruto da apropriação ou valorização de um grupo em relação ao espaço vivido.

A terceira e última vertente considera-se mais economicista, pois, nessa concepção é enfatizado as relações econômicas, por esta perspectiva, é entendido como uma fonte de recurso, para melhor compreensão desta vertente, a exemplo do debate da luta de classes sociais e a relação capital-trabalho, resultando na divisão territorial do trabalho.

Gimenez (2000) vê o território como o resultado de uma apropriação e valorização do espaço de imediato representado e promovida por meio do trabalho e prevê assim como Souza (1995) um campo de forças que perpassa do físico ao ideológico, ou até mesmo sem materializado simbólico, ou melhor, imaterial:

[...] el territorio sería el resultado de la apropiación y valorización de espacio mediante la representación y el trabajo, una producción a partir del espacio inscrito en el campo del poder por las relaciones que pone en juego; y en cuanto se caracterizaría por su “valor de cambio” y podría representarse metafóricamente como “la prisión que nos hemos fabricado para nosotros mismos”.(GIMENEZ, 2000, p. 22)

Tanto para Gimenez quanto para Souza apontam as “facetas” do território, pois pode ser representado por dimensões culturais, sociais, econômicas e naturais essa concepção de território corrobora com o pensamento de Haesbaert (2004). Ainda sobre a culminância de pensamentos dos autores eles têm a concepção de que os territórios podem atuar em diferentes escalas, e neste sentido Gimenez (2000, p. 24) expressa sobre a pluralidade de atuação do território. “Así definido, el territorio se pluraliza según escalas y niveles historicamente constituídos y sedientos que van desde lo local hasta lo suparnacional, pasando por escalas intermedias como las del municipios o comina, la region, la provincia, y la nacion.”

Por sua vez, Rocha (2010) aborda o território como uma categoria indispensável para vida cotidiana humana, pois é entendida como existência do poder em várias escalas, desde local até mais abrangente, a global, podendo fazer a relação Local-Global-Local.

Ainda no intuito de conceituar a categoria território em várias contribuições vale destacar a contribuição de Horta et al (2014, p. 20) que salientam que: “Adota-se a noção de território como uma construção social e, portanto, também política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento.”. Ornat e Silva (2014) têm uma concepção de território está ligado ao poder e a soberania das relações sociais materiais e imateriais e não é as relações de poder que vão configurar por si só o território, mas as reflexões desta relação se configuram-se um território.

Atualmente a utilização do termo território não pertence apenas a Geografia. Hoje a categoria território é utilizada como unidade de planejamento pelo estado, isso não é exclusividade apenas do Brasil, outros países da América Latina e Europeus utilizam a referida categoria. Em especial, o Brasil a partir da década de 1990 adota o território como unidade de planejamento para execução de políticas públicas.

A respeito desse uso do território para o planejamento Perico (2009, p.26) define - o “[...] como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como uma unidade da gestão política que distinguir e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui em uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado.”.

O autor aponta a maneira que o Estado concebe o território que é delimitado por algo em comum, seja relações econômicas, culturais e dentre outras, então ele diz que: “É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir [...]. Logo pode ser a bacia de um rio, a união de organizações [...], um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. (PERICO, 2009, p. 26)

Esse contexto revela novos desafios para as discussões a respeito do território tanto para a Ciência Geográfica, bem como para outras áreas do conhecimento e órgãos de planejamento que passam a utilizar a categoria. A utilização do território como unidade de planejamento, traz à tona novas contribuições à concepção de território, nesta quadra, Dias (2016) apresenta a categoria, conforme a abordagem da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT (2003):

[...] espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultural, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam internamente e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (DIAS, 2016, p. 27)

No contexto político-institucional da SDT (2003), Perico (2009) e Dias (2016) acrescentam que a identidade se expressa como uma forma de territorialidade que demonstra o sentido de formação política de cada indivíduo e que a vontade coletiva somados tem o resultado de nacionalistas, patrióticos, regionalistas, um amor pelo espaço vivido e várias manifestações da força social. Ainda a respeito da utilização da categoria para o planejamento e como unidade de execução das políticas públicas, Alcantara (2013) afirma:

Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar [...] e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à [...] reprodução do homem no espaço, e logo construídos temas de investigação recai sobre a perspectiva da análise geográfica. (ALCANTARA 2013 p. 84/85)

A categoria é escolhida para essa nova forma de planejamento, pois dentro da perspectiva da gestão das políticas públicas, o território abraça a relação sociedade e natureza de forma diferenciada das demais categorias já que nela contém nitidamente a relação de poder, cultural e econômica. Para Haesbaert (2010) a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não se restringiu apenas ao Estado brasileiro, outros países o adotaram como forma de ordenamento e planejamento tais como: Portugal, Espanha, França e dentre outros. Vale ressaltar que Portugal tem seu próprio ministério para tratar de assunto relacionado ao ordenamento e ao desenvolvimento regional, denominado Ministério do Ambiente. Desta forma, conforme afirmação de Haesbaert (2010, p. 157), “reunindo ao mesmo tempo o “ambiente”, o território e a região, três conceitos geográficos fundamentais”.

A emersão da discussão sobre o território apresenta a questão do espaço vivido e a relação de pertencimento, pode-se caracterizar a identidade. Neste sentido, Alcantara (2013, p 95) enfoca que “o debate acerca da abordagem territorial sugere a retomada de outros debates, como o do planejamento e em particular o desenvolvimento”. Para melhor compreensão sobre a abordagem territorial vale salientar a contribuição de Saquet:

A abordagem territorial é uma forma de compreensão [...] pode contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e idéia/matéria e subsidiar a elaboração de proposta de desenvolvimento, valorizando a relações sociais entre os sujeitos. (SAQUET, 2010, p.177)

Sobre a contribuição da análise do desenvolvimento sobre a concepção de Alcantara (2013) através do advento das crises econômicas e das grandes reformas neoliberais ocorridas no Brasil de 1990, nas últimas décadas o país recebe uma atenção focalizada, dando precedentes para novas experiências destacando-se a valorização da diversidade, tais como: 1- Econômicas; 2 – Sociais e 3- Políticas. Pode-se ser definido como expressa Alcantara (2013 p.95) “multidimensionalidades dentro do âmbito do desenvolvimento.”. Vale destacar que é significativo o período em que Brasil vem trabalhando com a categoria território dentro da perspectiva territorial, de acordo com Haesbaert:

Em termo de políticas oficiais o termo acabou sendo central em propostas como PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial, vinculada ao Ministério de Integração Nacional (MIN), vinculada a partir de 2004, o PTC - Programa de território da Cidadania do Ministério Agrário (MDA) criado em 2008 e

recentemente o PEEITE Programa de Educação Escolar Indígena e seus Territórios Educacionais, vinculado ao Ministério da Educação do Ministério da Educação (MEC). (HAESBAERT 2010, p.156)

O estudo do território na perspectiva da política de desenvolvimento territorial vem ganhando a atenção dos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento e também das esferas estatais, destaca-se o poder municipal, pois o planejamento ficou mais abrangente, ao atender o maior número de pessoas possíveis, especialmente por tratar das questões relacionadas à criação dos chamados espaços de participação. É importante ressaltar que essa ideia de desenvolvimento vai muito além daquele desenvolvimento econômico e sim um desenvolvimento social, como aborda Sen (2010). Por isso, vale destacar a criação dos colegiados territoriais, e de forma mais específica no estado da Bahia, em seu estudo a respeito do colegiado do Território de Identidade Sudoeste Baiano, V. SANTOS (2015) afirma que:

O Brasil é um país onde a desigualdade social é um fato materializado em todo território. Sendo assim, há necessidade de criar estratégias políticas que visem à superação das demandas, impasses e problemas no país. Nesse sentido, a abordagem territorial ganha relevância, as políticas de desenvolvimento territorial emergem com ênfase nas relações de pertencimento e identidade que a população tem com um determinado espaço. Ao longo da história brasileira ocorreram inúmeras tentativas no propósito de promover uma melhor distribuição da renda e de reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Mas, na maioria das vezes as políticas são frágeis no seu processo de formulação e concretização. As políticas públicas que são desenvolvidas em âmbito nacional nem sempre se adequam as particularidades existentes no país. (V. SANTOS, 2015, p.30)

E por sua vez, o planejamento precisa ser discutido dentro dos denominados espaços de participação social, tais como: Conselhos Municipais, Colegiados Territoriais, Câmaras Temáticas e Técnicas dentre outros. Nesse sentido, Dias (2016. p 27) diz que “O objetivo primordial da SDT [...] é dar sustentação a um processo em que a preocupação social se entregaria às questões econômicas, onde a distribuição da renda e ganhos sociais pudesse adquirir uma dinâmica comum [...]”, assim o autor prever que o desenvolvimento territorial com foco no local se concretizava por meio da mobilização e articulação dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos.

Neste sentido, os espaços de participação social previsto pela SDT recaem no conceito de “espaço público” de Arendt (2010), que é idealizado um espaço de

participação política que visa à pluralidade e a liberdade de um determinado sujeito. O primeiro conceito está ligado à condição de cada sujeito como ser único, e deve-se respeitá-lo em sua condição antagônica, assim, cada ser teria direito de fala, se impor e pedir direito de na participação Política. Já o conceito de liberdade significa a manifestação voltada para o processo democrático de um espaço público e pode ser definida como liberdade de opinião, crença, manifestação, e equidade no processo de discussões das liberações de ações democráticas.

No que diz respeito à abordagem promulgada pela SDT, o estado da Bahia foi um dos primeiros a articular a abordagem do desenvolvimento territorial, com a constituição dos seus Territórios de Identidade. É importante frisar que essa territorialização culmina com as políticas públicas do Governo Federal tais como os territórios Rurais e os territórios da Cidadania. A Bahia sendo um dos primeiros neste processo como tentativa de alcançar o seu desenvolvimento, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI dividiu a Bahia em 27 territórios de identidade.

O Colegiado Territorial, neste cenário, é o principal mecanismo de participação dos sujeitos sociais do território, desta forma, é denominado espaço de conflitos de interesses. Segundo Alcantara (2013) o colegiado é “Campo de Forças” e Leite (2009) denomina como “arenas”, assim, reforça o conceito da natureza do território que é ligado ao de poder. Neste sentido, se faz relevante estudar de que maneira são conduzidas as discussões e debates sobre a questão de gênero nestes espaços, uma vez que de acordo Beauvoir:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revelada à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnologia que poderemos compreender hierarquia do sexo se estabeleceu. (BEAUVOIR,1939, p.81)

E com a ciência Geografia não poderia ser diferente como expressa Silva:

A razão de suas ausências dentro do discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade dos saberes que compõem as sociedades e suas variadas espacialidades. (SILVA, 2009, p. 26)

Ao analisar o pensamento de Silva, constata-se que a discussão do saber geográfico se constituiu durante muito tempo por meio da hegemonia da masculinidade e da heterocisnormatividade que se tem relação intrínseca ao poder. Neste sentido, a autora expressa a existência e a atividade de luta para incluir o debate de gênero ao debate e análise da Geografia, sobretudo, a Geografia Brasileira:

[...] Não podemos deixar de questionar a impermeabilidade da geografia brasileira a esse movimento político-científico e, acima de tudo aguçar nosso senso crítico para compreender que os princípios que organizam a produção discursiva da ciência hegemônica são os mesmo que produzem os silêncios e as ausências. (SILVA, 2009, p. 27)

É importante frisar que a discussão de gênero dentro da Geografia se dá em virtude da corrente de pensamento Humanista ou Cultural que reconheceu como parte das análises desta ciência o movimento feminista, neste sentido, afirma a diferença existente no espaço ligado as relações entre corpos, identidade e poder na produção do espaço (i) material (SILVA 2009).

Nos dias atuais, aos poucos, mulheres vem ocupando espaços cada vez mais. Esses grupos de mulheres organizadas estão buscando direitos e idealizando políticas públicas que podem contribuir para amenizar as disparidades existentes no contexto social brasileiro. Desse modo, reforça-se a contribuição de Silva (2009) sobre o quão é importante debater gênero na ciência geográfica, pois, a luta para reconhecimento de respeito é um fenômeno existente na produção do espaço geográfico, o objeto de estudo da ciência. E analisar a produção do espaço por meios desses sujeitos sociais para entender a condição espacial expressa por Carlos (2011) e que espaço é meio, condição e produto das relações sociais. Neste sentido, é necessário se pensar em uma “metageografia” como expõe Carlos (2011) que faça um reconhecimento de fenômenos que acontece no espaço geográfico para sua produção e (re)produção.

A configuração que se dá sobre o território na visão do planejamento abordado pelo Estado é o mesmo defendido por Raffestin (1983), pois nesta discussão de implementação de políticas públicas acaba sendo beneficiado o segmento que tem mais força, neste sentido, reforça a disparidade na discussão de gênero. Destarte, a abordagem territorial utilizada pelo Estado não compreende a totalidade desta categoria para a Geografia e a utiliza de maneira

deturpada como sinônimo de regionalização corroborando com a corrente tradicional da ciência geográfica. No entanto, é importante para os estudos geográficos, a análise crítica das “novas” performances sociais com base nas políticas públicas inseridas no contexto territorial.

Processo de formação e funcionamento da câmara de gênero e a participação social no TSB

Para melhor funcionamento do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano foram criados espaços discussões, articulação e planejamento das políticas públicas no TSB. São quatro câmaras temáticas: 1) Inclusão Produtiva - que trata de assuntos ligados à produção, sobretudo, a produção agrícola. -; 2) Cultura - que vai abarcar as questões culturais existentes, pois, o TSB é um celeiro de artistas. -; 3) Juventude - o Território um índice de população de jovem expressiva e eles carecem de políticas públicas que possam atender suas necessidades tanto no rural quanto no urbano. - e 3) Mulheres - o espaço relacionado a discutir gênero no território, visto que o TSB possui mais de 50% da sua população é feminina isso dados do último censo do IBGE (2010) e último levantamento feito pela SEI (2016) para traçar os perfis do Território de Identidade da Bahia.

As Câmaras Temáticas do TSB foram constituídas nos meados de setembro de 2015 em uma reunião ordinária da plenária, cuja reunião pode contar com representantes da SDT, SPM e demais Secretarias do governo estadual. Não podendo esquecer a presença do NEDET que foi de grande ajuda para o colegiado territorial. Para entender todo o processo de construção e funcionamento da Câmara de Gênero entrevistou-se a atual coordenadora. Ela assumiu a coordenação há pouco tempo, porém faz parte da câmara desde sua fundação. Criada em 9 de setembro de 2015, com 9 participantes, conforme apresenta a figura 2.

Figura 2: Lista de membros no momento da criação da Câmara de Mulheres do Território Sudoeste Baiano, 2015.

Lista de Presença			
Nome do Evento:	Local:	Data:	Horário:
1: Vitória da Conquista		02/09/2015	
Maria Zilene Ribeiro	Associação de Mulheres V/C	07421-7533 77 9224-1717	Associação de Mulheres V/C
Mrs da Conceição	FINDEPROSO	77 9983-4129	Associação de Mulheres V/C
Alcides Borges Reis	CDMS - Sindicato - REV/C	77 9826-4216	Associação de Mulheres V/C
Selma Santos Pereira	Partido da Mulher V/C	88223113	Associação de Mulheres V/C
José Aguiar Tomaz	STR	02-03-2015	Associação de Mulheres V/C
MARCELO BORTO	SOCIEDADE ARAÇÓI	77 91626063	Associação de Mulheres V/C
Janáelia Ferreira	prof 32 p	6718811-2250	Associação de Mulheres V/C
Vivian Assis Moreira	Associação de Mulheres V/C	071 8806 0713	Associação de Mulheres V/C
Nildma Ribeiro	Associação de Mulheres V/C	77 9181 7302	Associação de Mulheres V/C

Fonte: Acervo do NEDET, 2015

A Câmara temática se trata de um grupo que tenta atender à diversidade do território, dos seus 24 municípios, para desenvolver de suas ações e ainda se planeja em desenvolvimento de forma abrangente, pois ele se constitui por pessoas de dois segmentos, do poder público e sociedade civil, apesar de que em sua constituição está bem mais frequentes membros dos Municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça.

Este grupo é mais uma estratégia do Estado para promover a participação social dos sujeitos sociais e acarretado a isso se discutir e implementar as políticas públicas. Com base nas pesquisas documentais ainda não se tem um regimento interno do grupo.

Este espaço de participação social é um espaço democrático que dá o direito de fala a todos os componentes. A câmara, hoje, em 2020, possui 30 mulheres de quase todos os municípios que compõe o TSB, é um número relativamente representativo, pois se sabe que poucas pessoas conseguem dedicar seu tempo às atividades que não darão um recurso financeiro, porém se

envolver nesta perspectiva do desenvolvimento territorial o indivíduo recebe mais que recursos financeiros, recebe qualidade de tentar diminuir as mazelas sociais existentes no país. Para fazer parte da Câmara temática de mulheres é algo fácil, segundo a coordenadora, basta residir em um dos municípios que compõem o Território de Identidade Sudoeste Baiano e se interessar nas discussões que são feitas na câmara. Algo importante é que a câmara está aberta ao diálogo em discutir outras temáticas para além das mulheres cisgênero, a exemplo, as questões de Gênero e Sexualidades como os LGBTQIA+.

Um fator relevante é a promoção de eventos realizados no TSB, seja de ação o próprio Colegiado ou de ações do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, o que demonstra uma inquietação para uma busca do desenvolvimento. Pode-se observar que há uma participação expressiva deste evento e vale destacar aqui o I Encontro Territorial de Mulheres realizado pelo Núcleo da UESB, conforme Figura 3, e o primeiro encontro de Mulheres no Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros, na figura 4:

Figura 3 - I Encontro territorial de Mulheres do Território de Identidade do Sudoeste Baiano- TSB na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em 2017



Fonte: Acervo do NEDET, 2017.

Figura 4 - I Encontro e de Mulheres do Polo de Condeúba realizado no Município de Cordeiros/BA em 2018



Fonte: Acervo do NEDET, 2018.

Também pode-se observar a importância destes eventos para empoderamento destas mulheres, pois é por meio destes espaços que se abre um leque de oportunidades para as pessoas, mostrando uma realidade que até então muitas delas desconhecem. Outro fator relevante é que a Câmara não possui uma sede própria; é uma organização que tem a necessidade de circular por todo território para se obter uma visão mais ampla do território e ela se reúne mensalmente em locais que os membros tentam eleger durante a reunião anterior, isso faz com que quebre um com a lógica da centralização de poder nos municípios com mais desenvolvimento econômico, no caso do TSB, o Município de Vitória da Conquista.

Outro fator relevante é as componentes dos comitês foram direcionadas e assessoradas pelo NEDET com o apoio do Colegiado - CODETER, para estarem presentes nas audiências de cunho decisivo referentes aos orçamentos destinados a políticas públicas para mulheres, com esses incentivos pode-se destacar: a realização de dez Conferências Municipais de Políticas Públicas para Mulheres no Território; Criação 10 Comitês Municipais de Mulheres; a promoção de discussões nos municípios para criação dos Conselhos de Direito das Mulheres

nos municípios do Território; Levantamento e atualização dos dados do colegiado, de modo especial, os dados referentes à participação e atuação das mulheres nesse espaço; Formação de um banco de dados das secretarias de assistência social e lideranças que trabalham com mulheres nos municípios. E mapeamento de habilidades destas mulheres para criar formas de capitalização de recursos para que elas tenham de fato uma autonomia financeira.

Na perspectiva de fortalecer a participação da mulher no colegiado territorial, verificou-se a existência de um número considerável de mulheres, participantes das plenárias e discussões, em torno 30 mulheres. Segundo a análise, foi possível notar que 50% dos membros participantes das reuniões do colegiado são mulheres. Ainda dentro desta perspectiva pode-se salientar que o colegiado é coordenado por uma figura feminina. Levando em conta que o colegiado é um composto de 100 organizações, dentre essas pode se perceber que 16 tem representatividade da mulher e estas merecem destaque: os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais de alguns municípios, tais como: Poções, Anagé, Condeuba, Belo Campo, Tremedal e dentre outros; e a União Brasileira de Mulheres - UBM, destas 16% compõem o CTSB de mulheres, vale ressaltar que essas instituições são da Sociedade Civil, e ainda não se tem nenhuma do Poder Público.

Ao considerar a importância da participação feminina em todos os setores da atividade socioeconômica, ampliando assim a possibilidade de emprego e renda para as mulheres, jovens e adultos do TSB, e a formação de lideranças nos municipais, o trabalho tem buscado organizar e estudar essa participação no TSB. Desta maneira, é de grande relevância a realização de diversas ações, no sentido de promover intervenções nos vinte e quatro municípios do território para manter e fortalecer o processo de empoderamento da mulher no território.

Nos anos de 2019 houve eventos promovidos pela Câmara de Mulheres do TSB sobre o papel da mulher no contexto da Agricultura familiar agregando mulheres dos 24 municípios. Houve a contribuição da Câmara no II Seminário Perspectivas da Juventude em 2019 (Observar figura 5) que visa traçar planos estratégicos e ações para a juventude, a câmara de mulheres estava presente articulando o debate de gênero e sexualidade para dá visibilidade a estes públicos tão esquecidos na sociedade brasileira.

Figura 4 – II Seminário Perspectivas Para Juventude no momento do Diálogo sobre Gênero e Sexualidade realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB em novembro de 2019.



Fonte: Acervo do NEDET, 2018.

Nos dias atuais toda a atividade dentro de território está sendo desenvolvida de forma remota em virtude do cenário da pandemia do Covid-19, isso dificulta o processo de articulação, pois por se tratar de um território com características rurais e por tanto com dificuldade de acesso internet e outros meios de reunião no contexto da pandemia. Em 2020 a Câmara temática de mulheres se encontra desarticula, pois não está conseguindo desenvolver ações de forma remota, pois não está conseguindo as ações de forma remota.

Apesar dos desafios, registram-se avanços principalmente sobre o empoderamento da mulher e que ela possa assumir outros papéis sociais, outros espaços, às vezes mulheres que antes não tinham acesso. As políticas públicas de gênero ainda necessitam muito da colaboração e união das mulheres e é importante de incluir as minorias na discussão do desenvolvimento territorial e a existência de entidades específicas no poder público do TSB.

A partir dessa preocupação para incorporar o debate sobre os gêneros e principalmente, sexualidade dentro das discussões do TSB, visto que esses

temários sempre estiveram subalternizados, as margens da sociedade brasileira, isso não é exclusividade do deste território, mas de outros do Brasil.

Algumas considerações

Fazer considerações deste artigo não é algo simples, pois, ele aborda assuntos delicados: Política de Desenvolvimento territorial, Mulheres e a participação social. Constituído de sujeitos que são poucos estudos pela Ciência Geográfica. Ao partir da premissa que por meio das políticas territoriais houve a inserção da mulher no território é de suma relevância compreender as conquistas obtidas e os desafios enfrentando, diante disso, o artigo abordou a importância das ações do território para o fortalecimento da participação das mulheres no TSB.

Diagnosticou que é de suma importância quebrar os paradigmas do sistema patriarcal da sociedade brasileira, e que por meio do acesso as políticas públicas territoriais implantadas, as mulheres ganham protagonismo para atuarem nos seus municípios, sejam por meio das reuniões, a exemplo da Câmara Temática de mulheres, ou por meio do suporte para inclusão produtiva, que tem como intuito superar as desigualdades de gênero.

Tendo em vista que há resistência pela emancipação da mulher, é válido ressaltar a importância da participação das mulheres, pois promove a cidadania e autonomia delas dentro das perspectivas das políticas públicas. Portanto, para que haja este fortalecimento é necessário que ocorra uma intensa articulação nos municípios, que tenha uma capacitação e formação continuada acerca dos setores produtivos. Além disso, é de suma importância dar ênfase no suporte financeiro para consolidação e comercialização das unidades produtivas no Território. Nesta quadra, é importante ressaltar o papel do NEDET/UESB no processo de empoderamento dos sujeitos sociais, em especial, os das mulheres por meio das intervenções realizadas nos seus últimos anos.

Desta maneira, o texto aponta que o papel da mulher ainda é a base que sustenta a família, por conta disso impede o progresso para que haja mais autonomia nos setores produtivos. Por isso, os desafios enfrentados pelas mulheres nas inclusões produtivas se delineiam a partir da organização dos grupos, pois muitos destes se encontram de forma individualizadas, por conta

disso é necessário que obtenha a combinação de estratégias para que aconteça o protagonismo e ao mesmo tempo tenha real orientação para aplicação das políticas pública.

Neste sentido, a questão do fortalecimento da participação da mulher não é só o estímulo relevante, mas para que ocorra de fato é preciso que tenha uma intensa mobilização por meio do Colegiado Territorial e suas câmaras temáticas buscando o envolvimento de mais entidades que envolva a mulher. E como resultado desta articulação promova um mapeamento destes grupos para que possam ser organizados, além disso, outro fator relevante que pode ser considerado é a falta estrutura e suporte técnico para produção, neste sentido, para que os grupos possam ser fortalecidos impulsionando a renda no Território.

Referências

- ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAHIA, **Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2019**. Disponível em: <http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisa_pre/fluxo.jhtml> Acesso em: 01 ABR 2018 às 15h46min.
- _____. Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2019. Disponível em: <http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisa_pre/fluxo.jhtml> Acesso em: 10 de NOV de 2020 às 16h00min.
- _____. **Perfil dos Territórios de Identidade**. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). Salvador: SEI, 2015.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos**. 2 ed. Editora difusão Européia do livro. São Paulo. 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Série: Documentos Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. Brasília, DF, 2003.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.
- _____. Lei nº 11.340, de ago de 2006. **Maria da Penha**, Brasília, DF, AGO 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010 Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=290670&search=bahiainfograficos-dados-gerais-do-municipio>> Acesso em: 28 de FEV de 2017 às 08h:00min.

BUTTO, A., et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios de cidadania.** Ministério Agrário do Desenvolvimento, Brasília, 2014.

CARLOS. A. F. A. **A Condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L.. **Região e organização espacial.** São Paulo, SP: Ática, 1995.

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios.** 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana/BA, 2016.

GIMENEZ, G. Território, cultura e identidades. In: ORTEGA, R.R (Org.). **Globalización y regiones em México.** 2000. p.19-33

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, Agrino Souza Coelho; SANTOS, Ednusia M. Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da.(ORG's). **Geografia dos movimentos sociais.** 1 edição, UEFS editora, Feira de Santana/BA. 2010.

LEITE, S.P.; et al. Gestão social: Reflexões e Proposições in: **Gestão Social dos Territórios.** Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v 10, 2009. P 95-146.

MOREIRA, R. **O que é geografia.** 14 edição, São Paulo, Brasiliense, 1994.

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDT/UESB. **Relatórios do NEDET/UESB 2015.** Vitória da Conquista-BA , 2015.

_____. **Relatórios NEDET/UESB 2016l.** Vitória da Conquista –BA , 2016.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo,** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil.** Brasília: INCA, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo. Ed. Ática. 1993.

ROCHA, A. G. P. **Políticas Públicas e Participação: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia.** Tese de Doutorado do Programa em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRFS, Porto Alegre/RS . 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção.** 4 ed. Hucitec, São Paulo/SP, 2006.

SANTOS, V. C.. **Desenvolvimento territorial: um estudo do colegiado do território de identidade sudoeste baiano.** Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagem e concepções de território.** 2ª Ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade.** 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÓSITO, E. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo. Editora UNESP, 2004.